



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**HABEAS CORPUS Nº 638663 - SP (2021/0001491-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**  
**IMPETRANTE** : BRUNO PRETI DE SOUZA E OUTRO  
**ADVOGADOS** : BRUNO PRETI DE SOUZA - SP270550  
RAFAEL PINHEIRO BAGATIM - SP285078  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : RODRIGO ALESSANDRO SANCHES (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de RODRIGO ALESSANDRO SANCHES em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação Criminal nº 1501763-80.2018.8.26.0567).

O paciente foi condenado à pena de 4 anos e 6 meses de reclusão em regime inicial fechado, como incurso no art. 241-D da Lei n. 8.069/90, por mais de cinco vezes, na forma do art. 71 do Código Penal.

Os impetrantes sustentam que a quantidade de pena aplicada ao paciente e sua primariedade permitiriam a mitigação para o modo inicial semiaberto.

Evocam o enunciado da Súmula 718 do Supremo Tribunal Federal.

Requerem, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que seja fixado o modo prisional semiaberto.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas

preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente